

CLÍNICA DA IDENTIDADE: UM ESTUDO SOBRE O SOFRIMENTO PSICOSSOCIAL COLETIVO

IDENTITY CLINIC: A STUDY ON THE PSYCHOSOCIAL SUFFERING COLLECTIVE

Simone Jörg ¹

Resumo

O presente artigo desenvolveu-se sobre uma experiência de pesquisa de mestrado durante dois anos e meio, tendo como objeto de seu estudo compreender a construção identitária com sentido emancipatório de moradores da primeira vila-ferroviária do Estado de São Paulo, a Vila de Paranapiacaba, no município de Santo André, tombada pelo patrimônio histórico, cultural e ambiental; inseridos num contexto de intenso sofrimento psicossocial, no qual figura uma incidência significativa de transtornos do pânico, depressão e casos frequentes de suicídio. Com base na teoria proposta por Antonio da Costa Ciampa, analisou-se a narrativa de 11 histórias de vida de moradores da vila, novos e antigos, de formação profissional diversa, em diferentes faixas etárias, que, corroborados com observações “in loco”, pode-se concluir que o sofrimento está fundamentado na imposição de uma política de identidade de reconhecimento perverso, instrumentalizado e legitimado por uma lógica racional-finalista do discurso público aliada à crise de sentido.

Palavras-chave: Política de Identidade, Reconhecimento Perverso, Clínica de Identidade.

Abstract

This paper was developed on the experience of master's research for two and a half years, with the object of his study to understand the construction of identity with emancipatory sense of residents of the 1st village-train in the State of São Paulo, the town of “Paranapiacaba”, in Santo André, listed by historical, cultural and environmental inserted in a context of intense psychosocial distress, which figure in a significant incidence of panic disorders, depression and frequent cases of suicide. From the theoretical basis proposed by Antonio da Costa Ciampa, it was analyzed the narrative of the life stories of 11 villagers, old and new, with different professional training, in different age groups, which, corroborating with observations “in loco”, can conclude that the suffering is based on the imposition of an identity politics of recognition perverse, and legitimized by instrumental rational logic-finalist in the public discourse coupled with the crisis of meaning.

Keywords: Identity Policies, Perverse Recognition; Clinical of Identity.

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Mestre em Psicologia Social. Doutoranda em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Email: simonejorg@gmail.com

Na expressão “Clínica da Identidade”, tomamos o termo clínica em nossa proposta não como uma área, mas como uma abordagem, uma forma de olhar. Conforme Barbier (1985), esse termo tem em sua raiz etimológica grega, Kliné, o sentido de uma “observação direta e minuciosa”. Um olhar que tem como foco, na presente pesquisa teórico-empírica, “o processo de construção identitária com sentido emancipatório ou não” de moradores de uma vila histórica, inseridos num contexto de intenso sofrimento psicossocial, no qual figura uma incidência significativa de transtornos do pânico, depressão e casos frequentes de suicídio.

Para Sévigny (2001) citado por Costa & Brandão (2005), o foco da abordagem clínica nas ciências humanas “é a mudança, a prevenção ou melhoria de uma determinada situação, no sentido de construção de novas respostas”.

Isentas de pretensões terapêuticas mas, sobretudo, analíticas do ponto de vista da psicologia social, as incursões sobre os aspectos psicossociais do contexto de vida dos moradores da vila nos revelam as idiosincrasias de um sofrimento atrelado ao tema identitário.

Segundo a concepção teórica de identidade de Antonio da Costa Ciampa (2009), do ponto de vista da psicologia social, a identidade é entendida como a encarnação das relações sociais que se configura numa identidade pessoal. Em outras palavras, a identidade pessoal é social, “é uma história de vida, um projeto de vida, embora nem sempre-é-vivida, no emaranhado das relações sociais” (p.132).

Não é um atributo ou uma característica inata do indivíduo, pois este, no início, é apenas um organismo biológico, capaz de humanização enquanto resultado de um processo identitário de construção, reconstrução e desconstrução constantes, no cotidiano do convívio social, na diversidade das experiências vividas, que se articulam tanto entre diferença e igualdade (semelhança), como entre objetividade e

subjetividade, pois “sem essa unidade, a subjetividade é desejo que não se concretiza, e a objetividade é finalidade sem realização” (Ciampa, 2009, p.151).

O comparecimento de mim mesmo perante o outro expressa-se empiricamente através de personagens e é desta articulação que componho a minha identidade.

À medida em que as personagens são vividas por seus atores, estes transformam-se nesse processo de encarnação de suas personagens, no entanto, “enquanto atores, estamos sempre em busca de novas personagens; quando novas não são possíveis, repetimos as mesmas; quando se tornam impossíveis tanto novas como velhas personagens, o ator caminha para a morte, simbólica ou biológica” (Ciampa, 2009, p.163).

Portanto, é difícil imaginar um viver destituído de personagens se estou sempre me apresentando como representante de mim mesmo ao outro e que, na análise de Ciampa, “em cada momento, é impossível expressar a totalidade de mim; posso falar por mim, agir por mim, mas sempre estou sendo o representante de mim mesmo. O mesmo pode ser dito do outro frente ao qual compareço (e que comparece frente a mim)” (Ciampa, 2009, p. 178).

Jürgen Habermas (1983) nos fala de uma identidade coletiva possível sob a forma de uma identidade reflexiva, que se funda numa consciência de participação igualitária nos processos de comunicação para a formação da identidade num processo contínuo de aprendizagem.

Na vila de Parapiacaba, que em tupi-guarani significa “de onde se avista o mar”, município de Santo André, estado de São Paulo, onde residem 326 famílias e cerca de 1418 moradores, segundo dados do IBGE de 2000, foi constatado pela equipe de saúde mental local (na qual não há um profissional de psicologia), que é muito alta a incidência de portadores de depressão e transtorno do pânico, em torno de 10% da população, com casos frequentes de suicídio.

Inserida na Área de Proteção dos Mananciais da Região Metropolitana de São Paulo, também integra a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e o Cinturão Verde do Estado de São Paulo. A vila de Paranapiacaba faz divisa com os municípios de Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Mogi das Cruzes, Cubatão e Santos.

Primeira vila-ferroviária do Estado de São Paulo, desenvolvida pela empresa inglesa São Paulo Railway (SPR), responsável pela construção da linha férrea Santos-Jundiaí (única via de transportes de produtos de importação e exportação até a década de 30), é um marco na história do binômio café-ferrovia, responsável pela imigração, industrialização e urbanização do estado de São Paulo.

A vila de Paranapiacaba era como uma extensão da ferrovia, tanto na aparência como em sua administração. As casas eram alugadas aos operários e nada podia ser modificado sem permissão (Cruz, 2007).

Um controle que tem sua expressão máxima no planejamento urbano e na sua arquitetura, emblemática na construção de um modelo único e exclusivo na vila – o Castelinho, construído em 1897 sobre uma elevação entre a vila Martin Smith e a vila Velha, sendo assobradada e o maior exemplar de toda a vila, destaca-se entre todo o conjunto, destinada ao engenheiro chefe da ferrovia, possui uma visão privilegiada de onde é possível ter uma visão panorâmica de todo o pátio ferroviário e de toda a vila, mais precisamente um ângulo de 360° (Passarelli, 1989).

Outro marco arquitetônico significativo e que expressa a preocupação pela organização e controle do tempo está em uma réplica do “Big Ben” de Londres sobre a torre erguida na estação ferroviária. O relógio orientava o tempo de entrada e saída dos operários do trabalho, o preparo do almoço e do jantar pelas donas-de-casa, os horários escolares das crianças e a chegada e saída dos trens, servindo também de guia por sua sonoridade perfeita em dias de forte neblina (Cruz, 2007).

O apogeu de Paranapiacaba deve-se ao surgimento da ferrovia, desde a inauguração da SPR em 1867 até o final da II Guerra Mundial, a economia paulista dependia das ferrovias. Com a mudança da política adotada em relação ao transporte ferroviário, pois o lema das administrações Washington Luis, no governo de São Paulo (1920-1924) e também na presidência da República (1926-1930) era “Governar é construir estradas”.

Em paralelo ao processo de intensa industrialização no país, que marcou a desvalorização da cultura cafeeira, há a implementação de rodovias e a falta de investimento nas ferrovias foram responsáveis por seu declínio (Cruz, 2007).

Em 1946, vence a concessão que pertencia aos ingleses, de exploração da linha Santos-Jundiaí, a qual foi incorporada à União e passou a ser administrada pela Rede Ferroviária Federal SA (RFFSA); que fora inaugurada em 1957 no governo de Juscelino Kubistchek, com o objetivo de administrar uma extensa malha ferroviária espalhada pelo país (Moretto Neto, 2005)

A Rede Ferroviária Federal SA, sociedade controlada pela União, BNDES, e alguns Estados e municípios, reuniu, numa única empresa estatal, 18 grupos privados falidos e alguns lucrativos. Nasce então com um déficit de 200 milhões de dólares e com mais de 160 mil funcionários, regidos por diferentes planos de carreira, segundo Cunha (1997) citado por Moretto Neto (2005).

Com a redução do transporte de carga pelo eixo ferroviário, muitos operários são demitidos, diminui o público circulante na vila e muitas famílias são obrigadas a sair em busca de trabalho e moradia; deu-se início a um processo de decadência e degradação da vila, que atinge seu ápice na década de 80, quando se inicia todo um processo de sensibilização e mobilização da sociedade civil e da imprensa do ABC e de São Paulo, que deu origem ao movimento de defesa do patrimônio da vila, denominado, inicialmente, “Comissão Pró-Paranapiacaba” (Passarelli, 1990).

Paranapiacaba acabou bandonada à sua sorte, muitos imóveis vazios, também abandonados pelas famílias que foram em busca de uma outra história, foram ocupados por pessoas de origem, cultura e hábitos diferentes dos antigos moradores (Moretto Neto, 2005).

Como resultado desta movimentação, no ano de 1987 o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) homologa o tombamento do núcleo urbano, equipamentos ferroviários e área natural de Paranapiacaba, e, no mesmo ano, é entregue o Plano de Preservação e Revitalização da Vila Ferroviária de Paranapiacaba, realizado pela Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (EMPLASA) (Moretto Neto, 2005).

Nesse mesmo vetor, em 2000 a Vila foi incorporada à lista do World Monument Fund (WMF) como Patrimônio Público, sob necessidade de proteção.

Em 2001, esforços para recuperar as edificações e o desenvolvimento socioeconômico da região (com foco na vocação turística) levam a prefeitura municipal de Santo André a apresentar um projeto de revitalização e conservação da vila, definindo, assim, o Plano Patrimônio.

Em 2002, a Rede Ferroviária Federal SA vende a vila de Paranapiacaba por dois milhões e meio de reais à prefeitura de Santo André. A população local, que paga um “aluguel” (taxa permissionária) pelo uso das casas em que reside (pois todas as casas pertencem ao patrimônio histórico e cultural de responsabilidade da prefeitura de Santo André), desprovida de aparelhos públicos educacionais, culturais e esportivos, com um nível de escolaridade que abrange do fundamental ao ensino médio, denota estar alienada dessa nova “identidade” da vila focada em atividades e programas inclinados ao turismo, inclusive do Festival de Inverno que acontece sempre nos meses de julho.

Há uma queixa geral de que não há uma agenda cultural que consiga duran-

te todo o ano manter um fluxo médio de visitação turística na Vila, concentrando as atividades turísticas num único evento anual, o Festival de Inverno.

Embora a renda média por pessoa tenha passado de R\$ 150,00 (Central de Trabalho e Renda, 2001) para R\$ 266,38, um aumento de 77,58%, há um outro fato considerável: a maior parcela dos empregos gerados ainda está na faixa da informalidade, somente 14,37 % possuem carteira de trabalho assinada ou pagam a Previdência Social como autônomos, sendo que 42,27% ganham até R\$ 300,00 e 28,86% entre R\$ 300,00 e 600,00 (Moretto Neto, 2005).

Nos 381 domicílios pesquisados por Moretto Neto (2005) constatou-se 898 moradores que comparados aos dados do censo realizado no ano de 2000 pelo IBGE, que apurou 1.171 habitantes na parte baixa da Vila de Paranapiacaba, uma redução de 23,31% do número de habitantes.

Moretto Neto (2005) assinala em sua pesquisa que, para administrar o Patrimônio, que teve como sua primeira preocupação, a prefeitura municipal de Santo André (nova proprietária da vila) elaborou um plano de gestão a partir do cadastramento das famílias que residem nas 350 casas na parte baixa da vila, a fim de obter um diagnóstico da situação socioeconômica das mesmas.

Era preciso criar condições de fixação destes moradores para que obtivessem renda suficiente para honrar com seus compromissos contratuais decorrentes da permissão do uso do imóvel.

Alteraram-se, então, as condições de uso dos imóveis, possibilitando a ocupação mista (residencial e comercial), que gerou a abertura de pequenos empreendimentos (venda de alimentação, artesanato, pousadas, entre outros) com a possibilidade de uma renda que garantisse o pagamento dos aluguéis (à prefeitura) e a manutenção das residências-estabelecimentos (Moretto Neto, 2005).

METODOLOGIA DO TRABALHO DE CAMPO

Adotou-se o método de seleção de sujeitos conhecido como “bola de neve”, em que os sujeitos da pesquisa são escolhidos e indicados entre si. Tal método “trata-se de um método de definição de amostragem no qual uma pessoa contatada (sujeito ou não da pesquisa) indica outra em função de sua presumível importância para o levantamento de dados”, Como afirma Denzim, (1970, citado por Tassara, 2005, p.90).

O primeiro sujeito da pesquisa foi escolhido devido sua aparição ser frequente em trabalhos científicos, na qualidade de antigo morador com forte atuação preservacionista da memória cultural do local.

Fizeram parte do universo desta pesquisa 11 entrevistados que têm um vínculo com a vila, seja de trabalho, moradia ou ambos. As entrevistas ocorreram em suas casas ou locais de trabalho, espaços escolhidos pelos próprios sujeitos e nos quais eu era convidada a conhecer as instalações dos locais, dando-me a saber a respeito de suas dificuldades e potencialidades, interesses, paixões, desafetos, angústias e sonhos.

Todas as entrevistas foram transcritas e gravadas em DVD, com a coleta da assinatura do entrevistado sobre o material digitado, em que ele foi convidado a ler todo o material e expressar sua concordância ou não.

Os sujeitos da pesquisa são do sexo feminino e masculino, profissionais empreendedores que atuam em hospedarias, restaurantes, bares, donas de casa, comércio de alimentos, monitoria cultural e ambiental, educadores, artesãos, artistas e ferroviário.

Moradores que estão na vila há cinco anos, outros há doze, treze anos, outros desde que nasceram, há mais de sessenta anos, e outros que não são nascidos na vila mas que são antigos moradores, com mais de trinta anos.

Os sujeitos foram identificados com letras do alfabeto de A a L, tendo o cuidado em preservar o anonimato de suas identidades, conforme os aspectos éticos de si-

gilo e privacidade previstos na Resolução 196/96, cujo conteúdo essencialmente de natureza bioética centra-se na proteção do sujeito da pesquisa.

A construção da identidade é um processo relacional e histórico, um contínuo dar-se, segundo Ciampa (2009), num processo de interação humana, em constante transformação, de acordo com as experiências, as situações, as relações com grupos e pessoas e com o significado atribuído aos papéis desempenhados e o reconhecimento social destes. Ao se apresentar, ao falar de si mesmo, há uma individualização quanto às características intelectuais, afetivas, sociais, morais, como se percebe diante do grupo e acredita ser percebido por este; neste processo indissociável entre indivíduo e sociedade na formação da identidade, em que ambas constituem-se, utilizei como método a “História de Vida” (Becker, 1997) que melhor confere esta noção de processo e contínua transformação.

Para melhor captar este processo relacional e histórico, em constante transformação, as entrevistas tiveram, em sua maioria, uma frequência de dois a três encontros.

Assim sendo, o ouvinte-pesquisador deve buscar elementos que façam sentido e fazer a ligação entre os fragmentos, o que exige uma disposição dialógica capaz de trocar impressões para facilitar a expressão de sentimentos e fatos escondidos (propositadamente ou não) ou não percebidos. A disposição dialógica ajuda a evitar que as interpretações atropelam o narrador e exige, em nome da autenticidade da narrativa, a renúncia à tentação de direcionar a história do outro e/ou levá-lo a concordar com a interpretação do pesquisador, gerando a possibilidade de o entrevistado vir a dizer aquilo que considera ser o que o pesquisador quer ouvir.

O SOFRIMENTO DAS PERSONAGENS DA VILA EXPRESSO PELA RE-POSIÇÃO IDENTITÁRIA

Para conseguir maior adesão dos residentes (que em 2003 era de 30%) nos pro-

gramas de desenvolvimento do turismo na vila, atrelou-se a participação dos moradores a descontos significativos nos aluguéis das casas; ainda assim, a inadimplência, na ordem de 70% em razão dos baixos rendimentos, obrigaram a administração local a fechar acordos em boletos com trinta parcelas de R\$ 11,00.

Todavia, uma moradora faz uma crítica quanto à política de aluguéis, sugerindo que há uma certa pressão para que a comunidade adira aos programas voltados ao turismo.

Afirma Jörg (2011) em sua pesquisa que muitos moradores à época inseriram-se no programa por necessidade econômica de obtenção de desconto em seus aluguéis, e não por vocação, o que se reflete até hoje na vila pela baixa qualidade de alguns serviços prestados. Foram dadas sugestões à administração de estímulo e inclusão dos moradores sem vocação turística, como o desconto em seus aluguéis pela manutenção do imóvel ou prestação de serviços de conservação de imóveis que são referência no local, como o Castelinho e outros, mas as sugestões não eram acatadas, sequer ouvidas, em razão da dificuldade de escuta da antiga gestão.

Os entrevistados da pesquisa de Jörg (2011) fazem referência de forma quase unânime às ações de reintegração de posse perpetradas pela gestão anterior enquanto medidas “sem critério”, “maldosas” e que não contemplaram um programa de “inclusão”, conforme anunciado. Um dos entrevistados que trabalhou na gestão anterior menciona que “cerca de 100 famílias desocuparam os imóveis, em torno de 300 pessoas diretamente, famílias que haviam ocupado os imóveis e famílias tradicionais, e cerca de 1000 de forma indireta nos anos e 2005, 2006 e 2007” e, que continuam até o momento provocando, em nosso entender, uma ferida social de difícil cicatrização,” numa ação “desesperadora” por parte da administração”, assinala o entrevistado, para impulsionar o projeto turístico no local, atraindo “novos empreendedores”.

Se antes os residentes das casas eram os funcionários da ferrovia, hoje apenas 20% desses têm uma história com a ferrovia, aponta-nos Moretto Neto (2005), baseando-se em dados da prefeitura municipal de Santo André de 2002.

A “MESMICE” IDENTITÁRIA A SERVIÇO DA MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA SOCIAL

Uma transformação radical no contexto socioeconômico da vila é apontada na presente pesquisa como intensa fonte de sofrimento por significar sucessivas perdas aos moradores da vila, dentre elas a perda da personagem-ferroviário, com sérias dificuldades em re-construir uma nova identidade, até mesmo a identidade anunciada e vinculada ao turismo, conforme relato.

Entrevista F:

Hoje eu falo que Paranapiacaba ainda vive essa crise social muito forte, nós temos uma crise de identidade muito forte, não podemos mais falar que isso aqui é uma vila ferroviária, hoje nós temos uma porcentagem muito pequena de ferroviários trabalhando, nós temos muitas pessoas desempregadas que estão tentando sobreviver do turismo, esse turismo anunciado acerca de 10, 20 anos como solução que infelizmente até hoje não conseguiu alavancar a economia local (grifo nosso).

Uma análise crítica da dimensão social, foco da presente pesquisa, apresentada pelas lideranças entrevistadas na pesquisa de Moretto Netto (2005), e reapresentada na fala dos entrevistados da atual pesquisa, aponta que embora tenham sido ampliados os espaços públicos de participação popular, há falhas na condução dos processos participativos que possam comprometer sua credibilidade, em razão de decisões tomadas em conjunto não serem concretizadas a posteriori. Ressalvas feitas à ausência do uso pleno dos espaços

de participação por parte da população, segundo as lideranças entrevistadas por Moretto Netto, dizem respeito ao fator cultural de uma comunidade com conflitos internos que dificultam as decisões conjuntas bem como a falta de cultura da participação popular e o exercício da cidadania.

Contudo, Uvinha (2003) ressalta que, “o chamamento da comunidade numa tentativa de democratização pelo planejamento participativo é uma das tarefas mais difíceis”. Com isso, enfatiza ser dever do poder público criar estratégias de envolvimento da população, possibilitando seu acesso em todas as etapas do processo, sobretudo na tomada das decisões centrais.

Questão essa que merece maiores considerações, uma vez que, com a mudança política na Prefeitura do município de Santo André nas eleições de 2008, a nova administração em 2009 extinguiu os espaços públicos de participação popular, bem como a própria subprefeitura, substituída pela Secretaria de Recursos Naturais.

Quanto às casas que antes eram de uso exclusivo dos ferroviários da vila, atualmente a maioria delas são resultado de migrações que ocorreram em razão do descalço e abandono em que se encontrou a vila. Ainda para Moretto Neto (2005), isto explica em partes a degradação do patrimônio, uma vez que estes moradores não possuem nenhum vínculo histórico e seu baixo comprometimento com o mesmo, bem como a “cultura de dependência” instalada nas gerações dos ferroviários e seus descendentes que tinham na empresa a responsabilidade pela manutenção dos imóveis.

Contudo, outros aspectos sobre a questão do cuidado com a casa também nos foram apontados na pesquisa de Jörg (2011) como: a mudança de regra sobre abatimentos nos aluguéis para a reforma do imóvel; o alto custo de manutenção; a morosidade do poder público na concessão de autorização para mexer no imóvel; a deficiência no número de funcionários especializados em patrimônio histórico da máquina administrativa e a insegurança

contratual (tipo de contrato: que não é de locatário mas de permissionário que confere ao morador apenas a permissão de uso do imóvel) e a falta, há dois anos, de renovação dos contratos na vila.

Entrevista B:

Como que você vai conservar uma casa que você não pode mexer? E essa autorização eles não dão, vem um arquiteto olha tudo, mas antes podia, na administração passada, você comprava o material e descontava no aluguel, e nessa nova gestão não, eles nem deviam estar aqui, porque isso aqui foi extinto isso aqui, no fim tá cheio de gente que faz que trabalha, eles fazem que trabalham e eu faço que eu acredito. O próprio chefe deles mesmo falou que as coisas é tudo com ele, mas e prá você chegar perto dele, é mais fácil chegar perto do prefeito do que dele, ele mesmo falou que essa prefeitura não existe, está extinta, então porque eles estão no prédio?

Entrevista C:

apesar do aluguel ser baixo, a manutenção da casa em Paranapiacaba é cara, o mofo é constante.

Entrevista F:

hoje com toda a dificuldade nossa, se a vila está em pé ainda que correndo risco, mas ela só está em pé porque aqui moram pessoas, que dentro da sua condição financeira, bem ou mal, conseguem encerrar a sua casa.

Entrevista G:

a discussão de patrimônio, o tempo do pessoal do patrimônio é muito complicado, o tempo para decidirem, tempo para avaliarem, eles não têm muita pressa não, eles trabalham bem num ritmo. então tem que ter fiscalização rígida sim, tem que ter controle, mas tem que ter

alguma opção né, porque se você deixa cair tudo bem, se você mexe não, alguma carta básica de procedimento você tem que ter, e só existe um engenheiro né, prá fiscalizar, a gerência de projetos, uma gerência e um funcionário, então é muito difícil. (...) a gente não tá falando numa coisa que com bambu e pau a pique a gente resolve, é caro né, é telha francesa que não tem mais no mercado, é madeira tratada em autoclave, é arquiteto, que você não acha arquiteto prá mexer com patrimônio histórico de jeito nenhum, você mexe numa parte ela começa cair inteira, começa a puxar a do vizinho se é geminada, é diferente de uma casa de alvenaria, é cupim, madeira é um negócio vivo, embolora, é complicado administrar isso, acho que é complicado prá gestão, não falo que é fácil, mas falta projeto geral prá vila.

Entrevista H:

Eu tenho um contrato de 02 anos, eu moro num bem público, o bem público é um patrimônio, o patrimônio custa 03 vezes mais restaurando do que você construir uma casa nova, aí para eu reformar aquela casa eu gasto 20.000 porém eu só tenho 01 ano, ou 02 anos de contrato, ninguém me garante mais que eu vou, que eu faço, não posso restaurar, como que eu vou restaurar uma coisa que não é minha, ah, por exemplo, o nosso contrato era tão precário, o meu contrato antigo (pois todos os moradores da vila de contrato antigo estão sem renovação do contrato há 02 anos) diz que a renovação do contrato, isto é, a qualquer momento a prefeitura pode me tirar, existe uma cláusula, que é um contrato de “permissionário”, não é de “locatário”.

Entrevista L:

O morador mesmo que não tenha dinheiro para arrumar a casa, pois sai caro mesmo, não pode ser qual-

quer material, a cerca que eu fiz foi de madeira de lei, eu gastei cerca de 3.000,00, mas bem ou mal ele vai cuidar para que não chova dentro da casa, para que não tenha goteira, e abre a casa todos os dias, assim ventila no interior da casa. Casa vazia cai!!

As personagens necessitam de normatização, segundo Ciampa, que serve para conservar as identidades produzidas, fenômeno este que ele identificou como “re-posição”, que pode ter valor positivo quando favorece um sentido de direção aos indivíduos, ou um sentido negativo quando reduz estes a uma única personagem, eliminando assim o jogo que articula igualdade e diferença.

Diante do exposto acima, parecemos que a “ausência de normatização de um lado” no que diz respeito à renovação dos contratos (atrelada à falta de segurança de permanência no imóvel), e o “excesso de normatização de outro” no que diz respeito aos critérios de conservação do patrimônio, dificultam ou impedem um processo de emancipação em que um indivíduo atinge a condição de ser-para-si (tornar-se sujeito) capaz de sua própria auto-determinação, gerando o que Ciampa (2009) irá designar de identidade mito ou fetichismo da personagem, que corresponde ao mundo da mesmice (da não-mesmidade), movimento de re-posição identitária que pode se dar como consciente forma de estabilização ou inconsciente compulsão à repetição, e da má infinidade (a não superação das contradições), em que a própria atividade exercida pela personagem deixa de ser desempenhada (Ciampa, 2009, p. 151).

CRISE DE SENTIDO

Diante da realidade de que a Vila de Paranapiacaba atualmente não é mais composta por uma comunidade tradicional de ferroviários, e de que tem para si um projeto identitário de uma vila destina-

da ao turismo, parece-nos de fundamental importância para a construção da “nova” identidade da vila e da identidade de seus moradores a consolidação, segundo Habermas (1983), de uma rede comunicativa cotidiana capaz de se espalhar sobre o campo semântico dos conteúdos simbólicos, sobre as dimensões do espaço social e sobre o tempo histórico, constituindo o meio através do qual se forma e se reproduz a cultura, a sociedade e as estruturas da personalidade” (p. 96).

Os entrevistados da presente pesquisa relatam a dificuldade de se entender as “regras” da atual administração, que vem perpetuando uma sequência de erros administrativos de outra gestão ao conceder privilégios a uns, permitindo avanços irregulares em suas construções, bem como projetos arquitetônicos que destoam do conjunto arquitetônico local, e severas punições através de multas cobradas em razão de reformas internas realizadas em estabelecimentos comerciais, sem a descaracterização externa do patrimônio.

A falta de cuidado do poder público quanto ao reconhecimento da história do local que se manifesta, também, na nomenclatura dos imóveis.

O contrato de permissionários não fora renovado desde o final da última gestão, há quase dois anos; o que lhes assegura, de certa forma, a condição de permissionários legais no imóvel, são os comprovantes de pagamentos dos boletos bancários pagos mensalmente.

Os sentimentos de incerteza, insegurança e tristeza foram expressos de maneira unânime pelos entrevistados, e o receio de se discutir com o poder público por medo de retaliações ou perda de alguns benefícios.

A descrição do panorama residencial da vila nos remete às diferentes esferas de realidade existentes conforme Berger & Luckmann (2004). Embora exista esta multiplicidade de realidades, há uma que prevalece, a “realidade da vida cotidiana”, uma realidade ordenada por regras e obje-

tivada antes mesmo de nossa “entrada” na mesma, constituída por objetos com sentido próprio e que não foram adquiridos ou assimilados e que só o serão por ‘meio da linguagem’, que pode conferir um ‘sentido pessoal e coletivo’ a despeito de algo dado.

Para Berger & Luckmann (1983) a consciência é capaz de mover-se através de diferentes esferas da realidade. Contudo, ao se passar de uma realidade a outra experimenta-se a transição como uma espécie de choque e, entre as múltiplas realidades, há uma que se apresenta como sendo a realidade por excelência, a realidade da vida cotidiana.

Logo, poderíamos pensar que as “gerações descendentes de ferroviários” possuem consciência em relação ao seu cotidiano constituído sobre valores, símbolos e afetos que conferem um sentimento de “realidade” com especial “sentido”.

O mesmo não poderíamos afirmar em relação aos novos moradores, que não faziam parte da “cena histórica” da vila, mas que ao fazer parte, veem-se diante de uma “realidade” estranha, em que irão buscar sua integração social, a princípio, com o referencial que lhes é conhecido, seus próprios valores, razões e afetos.

Segundo Jörg (2011), os entrevistados fazem menção a um sentimento de “estranhamento”, chegando mesmo a se referirem como “estrangeiros”, ainda que estejam residindo na vila há 12, 13 anos; outros ainda, conscientemente, demonstram preferência por se manterem distantes, num comportamento defensivo que demarca a relação distanciada do “eu” e “eles”, seja pela falta de laço social, seja pela disputa interna entre os moradores pelo número reduzido de turistas que a vila recebe no local.

“ALTERIZAÇÃO IDENTITÁRIA” – O RESGATE DO “SER-PARA-SI” NA RELAÇÃO INTERSUBJETIVA

Para assimilar a nova realidade é preciso atribuir-lhe um “sentido pessoal”, o

que só é possível, conforme já dissemos anteriormente, através da “linguagem”, a linguagem que se dá no plano “intersubjetivo” da comunicação, isto é, a linguagem que se estabelece nas relações interpessoais e na participação e construção conjunta.

A contribuição de um dos pesquisados fornece-nos uma reflexão mais profunda sobre a importância da atribuição do sentido pessoal a uma dada realidade:

Entrevista F:

Você como órgão público, a Prefeitura Municipal de Santo André, você tem que criar políticas públicas (...) nós temos que fazer as pessoas enxergar Paranapiacaba como foi, hoje eles enxergam como é, nós temos que envolver as pessoas nesse contexto histórico, a importância de Paranapiacaba, a importância social, a importância da mata atlântica. Eu nasci já numa época difícil, não tinha mais cinema, não tinha a estrutura que teve no passado, tudo você tinha que buscar fora, hospital, médico, um lugar muito frio, muita chuva, o jovem não tinha ocupação. Eu não gostava daqui mas na minha época da 6ª série, minha professora de inglês pediu um trabalho sobre Paranapiacaba e, eu me deparei com uma vila que eu não conhecia, então eu passei a enxergar de outra forma a vila! Fazê-los olhar para o passado para ter uma perspectiva de futuro, como essa vila pode ser melhor para todo mundo. (grifo nosso)

A citação “eu me deparei com uma vila que eu não conhecia, então eu passei a enxergar de outra forma a vila!” indica-nos que houve uma alteração – pois apresenta “a ideia de uma mudança significativa – um salto qualitativo – que resulta de um acúmulo de mudanças quantitativas, às vezes insignificantes, invisíveis, mas graduais e não radicais”, salienta Ciampa (2009, p. 184), mudança esta que sempre se dá sob condições históricas e materiais determinadas, abrindo caminho para a mesmidade,

que diz respeito à superação da personagem vivida pelo indivíduo. Permanecendo ainda na citação acima, poderíamos inferir que ao conhecer um outro de si mesmo, na medida em que a personagem-sem-informação antes do trabalho escolar sobre a vila dá lugar à nova, uma personagem-com-informação, torna possível, a partir de então, o “olhar para o passado para ter uma perspectiva de futuro”, a possibilidade de construção de projetos de identidade, sem compromisso com conteúdos prévios e autoritariamente definidos.

Participação tida como necessária, segundo Jörg (2011), para a viabilização do turismo na vila por estar vinculado à preservação do patrimônio local. Contudo, tal processo linguístico requer cuidados maiores, dado um sentimento de “desconfiança” que atravessa as relações humanas no local, parcialmente instituída, segundo os pesquisados, pelo próprio poder público, que para exercer um certo “controle”, utilizou de estratégias que visavam solicitar informações a alguns moradores da própria vila, a fim de que os mesmos relatassem quem estava em desacordo com as ações administrativas, e/ou solicitavam que as “lideranças” os ajudassem a persuadir a população local a aderir às propostas e direções da gestão pública.

Era frequente o uso, por parte do poder público local, da “ameaça” da perda do imóvel enquanto estratégia coercitiva de poder para se conseguir o consentimento dos mais “resistentes”.

ABANDONO, DESAMPARO E NÃO-VIDA: O CENÁRIO DE PERSONAGENS-OBJETOS

“A quem irá servir esse turismo? Qual é a real vantagem para a população da implantação das políticas no local?” Talvez, na tentativa de responder à sua própria indagação, Rodrigues (2001) citado por Uvinha (2003, p. 93), afirma que “Uma cidade será boa para o turista se ela for boa para seus moradores”.

Os pesquisados também relatam que há um interesse do poder público atual pela desocupação de imóveis com aluguéis baixos (com contratos antigos), em favor de novos moradores, que aluguem suas casas por valores maiores, o que se manifesta na fala e nas ações da atual administração.

Entrevista B:

(...) eles chegaram prá mim e falaram quanto a Sra. paga na casa, eu pago 40,00 de cada uma, agora aumentaram prá 50,00, porque os mais velhos aqui, se eu não tivesse esse crachá e trabalhasse prá eles (monitora cultural) e se não tivesse servindo o turismo, eu ia pagar um preço razoável de 130,00 pau por mês, e aqui 70 a 80, aí ele olhou prá cima e falou assim.. é a sua casa é muito boa daria prá alugar ela por 450,00 a 480,00, na minha cara ele fala isso?! O que você espera de umas pessoas dessas, por isso eles só têm interesse econômico.

O que compromete severamente o “mundo da vida” que, conforme Habermas (1989, p. 97) “é curiosamente neutralizado quando se trata de vencer situações que caíram sob imperativo do agir orientado pelo sucesso.... E como todos os outros dados do mundo da vida, também os participantes da ação aparecem apenas como fatos sociais – como objetos que o ator pode influenciar, ou induzir para que apresentem determinadas reações” (grifo nosso).

LUTA POR RECONHECIMENTO – VIDA / POLÍTICAS DE IDENTIDADE ATRAVÉS DO RECONHECIMENTO PERVERSO

Identidades que apresentam a personagem-morador-permissionário, lutam por tentar construir a personagem-morador-com-direitos, contrapondo-se à atribuição de personagens-estigmatizadas (morador-sem-valor; morador-resistente; morador-empregado; morador-sem-voz; morador-sem-desejo; morador-chato; morador-burro;

morador-que-só-reclama; morador-desconfiado; morador-sem-história; morador-opportunista; morador-invasor) que lhes foram anteriormente determinadas, tanto pelo poder público, quanto pela própria comunidade, numa afirmação perversa de reconhecimento identitário:

Entrevista A:

Por parte da prefeitura eles nivelam a gente por baixo (grifo nosso).

Entrevista B:

(...) a gente não tem valor nenhum, conhece tudo, sabe como é que era, e não pode fazer nada, são os mais perseguidos, porque não paga o aluguel alto que eles querem, eles querem que a gente seja perseguido até a gente desanimar? Sair daqui prá eles porem aí um aluguel de 400,00, que nem ele já fez a conta que a minha casa valia 450,00, não é? (grifo nosso)

Entrevista E:

Todo mundo olha para a perda material, mas muito pouco para a perda humana...as pessoas que se foram daqui...e as que estão hoje aqui.

Entrevista F:

E eu vejo como maior patrimônio aqui são as pessoas que moram aqui, porque elas têm uma história, até mesmo as pessoas que estão indo para as drogas, o alcoolismo, a criminalidade, são pessoas que não têm nenhuma oportunidade para se inserir nesse contexto de mercado (grifo nosso), de trabalho.

Entrevista I:

Também dizem que o povo é “resistente” porque o antigo subprefeito queria que fôssemos todos empregados; eles não perguntam: o que vocês pensam sobre isto?

Quando eu era conselheira, numa reunião, o subprefeito falou sobre a abertura de empreendimentos para pessoas de fora, e eu disse: “você estão de passagem, por que é que nós que moramos aqui não podemos ser empreendedores e ele, surpreendentemente, perguntou: “mas vocês querem trabalhar com turismo?” e ele nos perguntou isto depois de termos feito tantos cursos, o que assusta é a falta de conhecimento. (grifo nosso)

Entrevista J:

A gente é considerado... hoje, quando você fala de valorizar o ser humano, é difícil uma pessoa com esta intenção, porque é um povo chato, um povo burro, um povo que só reclama, um povo que não confia em ninguém. Toda a administração que nós tínhamos aqui anterior, e hoje vamos supor meio a meio dessa administração tem o mesmo olhar prá gente, é triste, mas é verdade! (grifo nosso)

Para Goffman (1988), ao aceitar para si a personagem-estigmatizada de um reconhecimento perverso atribuído pelo grupo ou sociedade, esta personagem torna-se uma “porta-voz”, isto é, uma voz do grupo/sociedade que fala por e através dela, como um “habitante estranho”, configurando deste modo uma política de identidade (p. 134).

Podemos assim, atribuir o sentimento de estranhamento que os moradores da vila relatam tanto ao fato de estar atrelado ao esgarçamento das relações sociais, quanto na tradução do eco da aceitação da personagem-estigmatizada por eles.

Lima (2009, p. 150) menciona que quando as políticas de identidade são utilizadas como instrumento de regulação, “estamos nos referindo às situações onde essas políticas são utilizadas de forma ideológica para a manutenção de uma determinada realidade instituída, não possibilitando a expressão da subjetividade individual”.

Quanto às muitas ambiguidades, polaridades e contradições que as pessoas apresentam, Guareschi (2000, p. 119) aponta que “devem ser entendidas não somente como reações confusas em relação à realidade opressiva em que vivem, mas também como formas de resistência e tentativas de mobilização para mudarem sua realidade”.

Lima (2009, p. 154) salienta que “as identidades pressupostas oferecidas por determinadas políticas de identidade podem se tornar um impulso para a superação de outra personagem posta (segregadora) de forma negativa e limitadora”.

Em contrapartida, o não-reconhecimento diante da tentativa de construção de novas personagens produzidas reduz assim as identidades às personagens pressupostas num movimento de re-posição destas, o que configura o tipo particular de reconhecimento perverso, que se constitui na negação da humanidade de uma pretensão identitária que se contrapõe a uma dada realidade, garantindo ideologicamente sua manutenção e reprodutibilidade e a negação da alterização de uma identidade humana.

Nas experiências de desrespeito delineado pela experiência do rebaixamento e da humilhação social, “os seres humanos são ameaçados em sua identidade da mesma maneira que o são em sua vida física com o sofrimento de doenças”, afirma Honneth (2009, p. 219).

Portanto, as reações emocionais negativas, como a vergonha ou a ira, a vexação ou o desprezo, desencadeiam “sintomas psíquicos com base nos quais um sujeito é capaz de reconhecer que o reconhecimento social lhe é denegado de modo injustificado” e que pode representar a “base motivacional afetiva na qual está ancorada a luta por reconhecimento” capaz de tornar-se, potencialmente, num motivo de resistência política mas, que dependerá, sobretudo, de como está constituído o entorno político e cultural dos sujeitos atingidos (Honneth, 2003, p. 220-224).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações radicais no contexto socioeconômico da vila de Paranaíba foram apontadas na presente pesquisa como intensa fonte de sofrimento, por significarem sucessivas perdas aos moradores da vila, dentre elas, a perda da personagem-ferroviário, a qual provocou um profundo impacto em suas identidades pelas dificuldades concretas em re-construir uma nova identidade, até mesmo a identidade anunciada pelo poder público, vinculada ao turismo, num discurso coletivo transformado em “vigência da solução” – configurando-se numa Política Identitária legitimada por uma promessa redentora das questões sociais e econômicas da vila.

Os moradores têm diante de si a questão da re-posição identitária que está a serviço da manutenção da estrutura social que, mesmo diante da “nova realidade” da vila, conserva personagens-heterônomas, numa relação de submissão ora com o patrão inglês (no passado histórico da vila), ora com o poder público.

Os sentimentos de incerteza, insegurança e tristeza desencadeados pela representação da personagem morador-permissionário foram expressos de maneira unânime pelos entrevistados, bem como o receio de se discutir com o poder público por medo de retaliações ou perda de alguns benefícios.

Estima-se que o número de reintegrações ocorridas em 2001 foi em torno de 800 pessoas aproximadamente, de 2.200 habitantes. Ações essas que continuam até o momento provocando, em nosso entender, uma ferida social de difícil cicatrização, numa ação “desesperadora” por parte da administração, assinala um entrevistado, para impulsionar o projeto turístico no local, atraindo “novos empreendedores”.

Sob este enfoque estratégico e objetivador, a presente pesquisa denota que as pessoas são mantidas numa condição que as desumaniza, restando-lhes sentimentos de autodesvalorização, impotência, indignação, incompreensão, medo e tristeza, mas que ainda resistem, através de seu

sofrimento, em assentir às atribuições de personagens-objetos, desprovidas da expressão de suas necessidades, vontade e projetos de vida - desprovidas de humanidade, num cenário de completo abandono e desamparo.

Mesmo diante da atribuição de personagens-objetos, destituídas de suas necessidades, vontades e projetos de vida pelo tratamento racional-finalista que lhes é conferido por parte do poder público, permanece a convicção para um entrevistado que o morador da vila sabe o que é melhor para a vila.

A ausência de reconhecimento da necessidade de autonomia, e que tem sido o fio condutor do sofrimento expresso pelos moradores da vila, tem se mostrado capaz de provocar uma série de reações somáticas, psíquicas e comportamentais, pois a construção da personagem-doente pode significar, para muitos, a única possibilidade de dar algum sentido às suas identidades-heterônomas, apegando-se a um sofrimento com sentido talvez superior frente a um vazio existencial desprovido de sentido que traz à reminiscência da morte - mas que ainda é não-vida.

Entendemos que a mudança da personagem morador-permissionário para personagem morador-proprietário, seria capaz de demarcar a alteração necessária para o projeto de construção e reconhecimento de uma identidade humana, necessária para a transformação efetiva de um sofrimento psicossocial coletivo.

REFERÊNCIAS

- Barbier, R. (1985). Pesquisa ação na instituição educativa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Becker, H. (1997). Métodos de pesquisa em ciências sociais. São Paulo, Hucitec.
- Ciampa, A. C. (2009) A estória do Severino e a história da Severina.. Brasiliense, São Paulo. (11ª reimpressão).

- Costa, L.F., & Brandão, S.N. (2005, mai/ago). Abordagem Clínica no contexto comunitário: uma perspectiva integradora. *Psicologia e Sociedade*; (17(2), pp. 33-41;).
- Cruz, T. F. S. (2007). *Paranapiacaba: a arquitetura e o urbanismo de uma Vila Ferroviária*. Dissertação (Mestrado). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. São Carlos.
- Berger, P. L, & LUCKMANN, T. (2004). *Modernidade, pluralismo e crise de sentido*. Petrópolis: Vozes.
- Guareschi, N. M.(2000, jan./dez). Políticas de Identidade: novos enfoques e novos desafios para a psicologia social. *Psicologia & Sociedade*; 12 (1/2), pp. 110-124)..
- Goffman, E. (1988). *Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: LCT Editora.
- Jörg, S. (2011). *Clínica da Identidade: um estudo sobre o sofrimento psicossocial coletivo*. Dissertação (Mestrado) em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Habermas, J. (1983). *Para a reconstrução do materialismo histórico*. São Paulo: Brasiliense.
- Honneth, A. (2003). *Luta por reconhecimento*. São Paulo: Editor 34.
- Lima, A. F. (2009). *Sofrimento de indeterminação e Reconhecimento Perverso*. Tese de Doutorado em Psicologia Social. PUCSP.
- Moretto Neto, M. (2005). *Protagonismo comunitário em Paranapiacaba: o impacto das ações governamentais no desenvolvimento sócio-econômico-comunitário da vila de Paranapiacaba no período de 2001 a 2004*. Dissertação (Mestrado). Administração, Universidade Municipal de São Caetano do Sul. São Caetano do Sul.
- Passarelli, S. H. (1989). *Paranapiacaba: estudos e memória*. Santo André: Prefeitura. (Coleção Memórias da Cidade).
- Sévigny, R. *Abordagem clínica nas ciências humanas*. In Araújo, J.N.G., & Carreteiro, T.C. (orgs) (2001). *Cenários Sociais e abordagem clínica*. São Paulo: Escuta. (pp. 12-33).
- Tassara, E. (2005). *Relatório final de pesquisa. Proximidades e Identidades Urbanas. Dinâmicas das representações sociais da urbanidade e espacialização da identidade*. São Paulo: Laboratório de Psicologia Sócio-Ambiental e Intervenção – LAPSI.
- Uvinha, R. R. (2003). *Turismo de Aventura: uma análise do desenvolvimento desse segmento na Vila de Paranapiacaba*. 182. Tese (Doutorado). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo.

Recebido em 28 de setembro de 2014.

Aprovado para publicação em 02 de dezembro de 2014.